



Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

ISSN 1413-8638 | E-ISSN 2238-5533

Volume 25 | nº 2 | 2020

Artigo recebido em: 30/05/2020

Aprovado em: 09/08/2020

Maria Helena Costa Nascimento

Doutoranda do PPGFCET da UTFPR, Mestre em Educação, Especialista em Gestão dos Recursos Naturais, Educação do Campo e Educação Ambiental Espaços Educadores Sustentáveis, Educação Especial e Educação Inclusiva, Graduada em Biologia, Geografia e Química, professora da rede estadual de ensino.

ORCID ID: orcid.org/0000-0003-0447-365X

Maria Arlete da Rosa

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999).

ORCID ID: orcid.org/0000-0001-6891-0834

Josmaria Lopes de Moraes

Docente do Programa Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Doutorado em Química pela Universidade Federal do Paraná.

ORCID ID: orcid.org/0000-0002-2123-4725

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES EM ESCOLA DO CAMPO DE UM MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Environmental education in the pedagogical practices of rural school teachers in a municipality in the metropolitan region of Curitiba

Resumo

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Educação Ambiental em escola de ensino médio localizada no campo do município de Rio Branco do Sul, Paraná”, 2016. O objetivo desta pesquisa foi analisar as práticas pedagógicas de professores de diferentes disciplinas que atuam no ensino médio, na perspectiva da Educação Ambiental em escola localizada no campo. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa tendo como principal instrumento de coleta de dados entrevistas com professores. Os resultados indicaram que as práticas pedagógicas dos professores são realizadas de forma isolada e fragmentada, utilizando-se temáticas que, nem sempre estão de acordo com a prática social dos estudantes e das comunidades do campo. Os professores assumem em seus discursos a necessidade de formação que proporcione conhecimentos e práticas para desenvolverem a Educação Ambiental com abordagem condizente com a realidade da Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação ambiental. Educação do Campo. Concepções. Práticas Pedagógicas.

Abstract

This article is an excerpt from the master's thesis: "Environmental Education in a high school located in the countryside of the municipality of Rio Branco do Sul" – state of Paraná – Brazil. The general objective of this research was to analyse the pedagogical practices of teachers from different disciplines who work in high school, from the perspective of Environmental Education in a school located in the countryside. This is a research with a qualitative approach having as main instrument of data collection interviews with high school teachers. The results indicated that the pedagogical practices of teachers are carried out in an isolated and fragmented manner, using themes that are not always in accordance with the social practice of students and rural communities. Teachers manifest in their speeches the need for studies that provides knowledge and practices to develop Environmental Education with an approach consistent with the reality of Rural Education.

Keywords: Environmental Education; Rural Education; Pedagogical Practical Conceptions.

Introdução

Por muito tempo o ser humano vem utilizando-se da natureza para sua sobrevivência e, seu uso cada vez mais intenso, traz desafios e enfrentamentos postos pelos padrões insustentáveis de produção e de urbanização. O aumento da vulnerabilidade, demonstrado por estudos científicos, tem conduzido a uma série de fenômenos que provocam insegurança ambiental, econômica e social trazendo angustiantes incertezas em relação ao futuro.

Diante de tantos desafios socioambientais locais e globais, a Educação Ambiental, desenvolvida com a proposta de educar para a cidadania, pode contribuir para formar uma coletividade que seja responsável pelo mundo que habita. Pensar a Educação Ambiental a partir da educação escolar requer a compreensão sobre a função social da escola na sociedade. Isso significa dizer que a Educação Ambiental escolar pode ser compreendida como uma forma de:

promover a inserção curricular de socialização dos conhecimentos teóricos e práticos voltados para a formação humana, cultural e científica de sujeitos, como possibilidade de desenvolvimento de uma prática social reflexiva, ativa, crítica e transformadora das relações que decorrem entre sociedade e a natureza (TEIXEIRA, AGUDO; TOZONI-REIS, 2018: 46).

Para Sauv  (2016: 294) a Educa o Ambiental visa construir uma “identidade ambiental que possa trazer significado ao nosso ser no mundo”, possibilitando um pertencimento ao meio de vida e promovendo uma cultura do engajamento. Para que ocorra a constru o da “identidade ambiental” as diferentes dimensões educacionais (intelectual, social,  tica, política) devem ser consideradas tanto no planejamento como no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Para Jacobi (2005: 233) a Educa o Ambiental deve ter como horizonte “a transforma o de hábitos e práticas sociais e a forma o de uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente”.

Neste sentido, um dos grandes desafios postos às escolas   desenvolver uma prática social que venha contribuir para recriar os vínculos de pertencimento dos sujeitos, para que estes se reconheçam como integrantes de uma comunidade e reconstruam a sua identidade com o local em que vivem e trabalham. Considera-se que escola na sua fun o social det m a missão de forma o das futuras gera es na perspectiva de constru o de uma nova sociedade. De acordo com Oliveira (2009) a escola

se constitui como um tempo e um espaço de processos socioculturais, que interferem significativamente na forma o dos sujeitos sociais que dela participam e que estão na dinâmica dos processos de constru o da nova sociedade (OLIVEIRA, 2009:18).

Será que a escola em sua missão de formar indivíduos que serão semeadores das futuras gera es responde às necessidades de formar cidadãos comprometidos com a sustentabilidade da vida, do trabalho e das condi es ambientais no campo? Tais questões de reflexão se deparam com a realidade em que a escola localizada no campo   marcada por elementos históricos construídos ao longo do tempo, em que o urbano se sobrepõe a realidade do campo. Essa escola passou a existir, com suas especificidades, a partir de um processo de luta histórica desencadeada pelos movimentos sociais do campo.

Para tratar a Educa o Ambiental na Escola do Campo   importante considerar, além da identidade cultural dos povos do campo, as necessárias articula es entre políticas de Educa o do Campo e políticas de Educa o

Ambiental. Tais articulações são imprescindíveis no processo de construção de valores e na mediação entre os diversos segmentos da sociedade, possibilitando diálogos e debates que contemplem os aspectos sociais, políticos e econômicos da Educação Ambiental no contexto da Educação do Campo.

Os estudos apresentados por Rosa (2017) trazem uma contribuição para a produção do conhecimento sobre Educação Ambiental no contexto das Escolas do Campo na Região Metropolitana de Curitiba, apresentados como um dos resultados de pesquisas vinculados ao Observatório em Educação (OBEDUC II), com o projeto “A Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, Diretrizes Curriculares e Reestruturação dos Projetos Políticos-Pedagógico”¹. São importantes contribuições para ampliar a compreensão das necessárias articulações entre Educação Ambiental e Educação do Campo.

Neste trabalho, busca-se apresentar a reflexão expressa pela questão: quais os aspectos que constituem a Educação Ambiental nas práticas pedagógicas dos professores numa escola de ensino médio localizada no campo em um município da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná? O objetivo deste trabalho foi conhecer as práticas pedagógicas dos professores e analisar as possíveis articulações dessas práticas com a realidade socioambiental da escola localizada no campo.

Educação Ambiental e a Educação do Campo: possíveis articulações

A Educação do/no Campo² foi instituída como modalidade educativa e como resultado das lutas e das conquistas dos movimentos sociais do campo amparadas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB 1/2002 (BRASIL, 2002); Diretrizes Comple-

¹ Projeto coordenado pela Professora Dra. Maria Antônia de Souza e vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo e Movimentos Sociais – NUPECAMP.

² A Educação do Campo refere-se à proposta de que a escola estabelecida na região rural vincule seu currículo, seu programa e seu manual didático à história, à cultura e às causas sociais das pessoas que vivem no campo. Educação no Campo organiza-se a partir da escola pensada na cidade, com a utilização pela escola rural de currículo prescrito e idêntico manual didático daquele usado na cidade (Souza, 2011: 215).

mentares - Resolução 2/2008 (BRASIL, 2008) em seu artigo 1º, estabelece a concepção de Educação do Campo como sendo a modalidade que

compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2008).

Ainda no artigo 8º, item II, trata de aspectos relacionados com a dimensão ambiental, que legitimam a implementação da Educação Ambiental nas escolas do campo:

I - articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional; II - direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável; III - avaliação institucional da proposta e de seus impactos sobre a qualidade da vida individual e coletiva; IV - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo (BRASIL, 2008).

Entende-se que as escolas localizadas no campo necessitam de uma Educação Ambiental baseada em um contexto próprio, voltada aos interesses e às necessidades dos educandos e comunidades que moram e trabalham no campo. Sendo uma modalidade de ensino da educação básica, a Educação do Campo, deve atender o estabelecido pela política nacional e estadual de Educação Ambiental que, mesmo diante de vários retrocessos, ainda está em vigor.

Para contribuir com o entendimento da realidade desse contexto escolar, neste artigo, busca-se analisar a Educação Ambiental na modalidade da Educação do Campo no sentido do estabelecido pela Resolução 02/2012 (BRASIL, 2012), que regulamenta a Educação Ambiental para o sistema de ensino brasileiro por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental. No artigo 13, desta política pública, está estabelecido que a Educação Ambiental deve ser implementada em cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino.

Em cumprimento a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), no estado do Paraná foi aprovada dois instrumentos de política pública:

a Política Estadual de Educação Ambiental com Lei 17.505/2013 (PARANÁ, 2013a) e a Deliberação 04/13 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (PARANÁ, 2013b) que estabelece as Normas da Educação Ambiental para o sistema estadual de Ensino do Paraná.

Para trazer mais esclarecimentos sobre o campo de debates da Educação Ambiental brasileira considera-se relevante pontuar aspectos conceituais que fundamentam as diferentes abordagens. Considerando o contexto do surgimento e desenvolvimento da Educação Ambiental no Brasil e no mundo, concepções de meio ambiente e de mundo, e ainda, as políticas públicas a Educação Ambiental é um campo educacional e ambiental, em formação, que reflete disputas políticas de diferentes grupos sociais. Layrargues (2012: 399) entende que a Educação Ambiental apresenta “crises de identidade que se expressa por diferentes características, visões de mundo, valores, conceitos, expectativas societárias, práticas e políticas”. Tais diferenças proporcionam uma diversidade de temáticas socioambientais e de encaminhamentos que são expressos por diferentes projetos políticos e ideológicos da sociedade. Maia; Teixeira e Agudo (2015: 9) defendem a tese de que a compreensão aprofundada da Educação Ambiental no campo de disputas “passa, necessariamente, por questões de ordem epistemológica, possibilitando o avanço das discussões no campo da Educação Ambiental” ao trazer fundamentos importantes para a superação da crise da sociedade.

A multiplicidade de propostas conceituais revela a diversidade interna que ainda pode ser observada nos diferentes encaminhamentos políticos e reflete nas propostas pedagógicas das escolas. De acordo com Layrargues e Lima (2014) podem ser consideradas três macrotendências como modelos político-pedagógicos para a Educação Ambiental: :Macrotendência Conservacionista, Pragmática e Crítica.

Macrotendência Conservacionista: se expressa por meio das correntes: conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica, do autoconehecimento e de atividades de senso percepção ao ar livre. Trata-se de uma tendência histórica bem consolidada entre seus expoentes, atualizada sob as expressões que vinculam a Educação Ambiental aos princípios da ecologia, (biodiversidade, ecoturismo, unidades de conservação, estudos de determinados biomas). Corresponde a uma valorização da dimensão afetiva em relação

à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente por uma mudança cultural (LAYRARGUES; LIMA, 2014: 30).

Macrotendência Pragmática: tem suas raízes no estilo de produção e consumo advindos do pós-guerra. Essa Educação Ambiental representa a expressão do mercado, na medida em que ela apela ao bom senso dos indivíduos para que sacrifiquem um pouco do seu padrão de conforto. O caráter pragmático traz duas características complementares: a ausência de reflexão que deriva da crença na neutralidade da ciência e a busca por ações factíveis que tragam resultados orientados para um futuro sustentável, economicamente viável com perspectiva da “atividade fim” (LAYRARGUES; LIMA, 2014: 30).

Macrotendência Crítica: aglutina as correntes da Educação Ambiental popular, emancipatória, transformadora. Considera que a Educação Ambiental tende a conjugar-se com o pensamento da complexidade ao perceber que as questões contemporâneas, como é o caso da questão ambiental, não encontram respostas em soluções reducionistas. Apoiar-se na ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014: 31-32).

A Educação do Campo que surge de uma prática coletiva atrelada aos movimentos sociais do campo, movimentos estes que, em busca de transformar suas condições de vida, lutam por reforma agrária, políticas públicas e direitos humanos. Souza entende (2006) esclarece que:

a diversidade cultural é compreendida nos espaços coletivos de reflexão quando são questionados os problemas vividos nos acampamentos e assentamentos, confrontados com os direitos sociais, cuja luta permite a aprendizagem do que seja direito social não efetivado e do que seja direito humano (SOUZA, 2006: 49).

O principal papel da Escola do Campo é o de contribuir na produção de conhecimentos e de valores para que a comunidade ao assumir seu protagonismo possa romper com as práticas sociais contrárias ao bem-estar público. Ainda, para Caldart (2000: 66) a Escola do Campo tem a finalidade de contribuir com o “fortalecimento dos moradores do campo como sujeitos sociais, ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua

história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura e seu jeito de ser”. E este processo, de acordo com Andreoli e Mello (2019):

deve trazer também um resgate de uma dívida histórica que a educação tem com os povos do campo, seja pelas políticas educacionais, ou mesmo pelos próprios livros didáticos, esses povos sofreram e ainda sofrem pressões que procuram “enquadrá-los” aos moldes da vida urbano-industrial, negando suas culturas e necessidades locais (ANDREOLI; MELLO, 2019: 175).

Não há escolas do campo “sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumam e lutem pela sua identidade e por um projeto de futuro (ARROYO; CALDART, 2004; 110). E este projeto futuro deve ser pensado na perspectiva de valorização do povo e de sua cultura. Ressalta-se a importância da escola na educação dos povos do campo e uma prática comprometida dos professores com a escola pública em que os alunos são sujeitos de direito. Para Souza (2011:62) a prática pedagógica no contexto das Escolas do Campo, “deve ser entendida como uma dimensão da prática social, em que o aspecto humano esteja no centro da ação coletiva e social”. Essa afirmação coaduna com a importância de o professor considerar a realidade social dos alunos, colocando-os como o centro de sua prática pedagógica.

No estado do Paraná, no ano de 2006 foram publicadas as Diretrizes Estaduais para a Educação do Campo (PARANÁ, 2006). O documento está organizado em: histórico da Educação do Campo; concepções da Educação do Campo e, eixos temáticos e encaminhamentos metodológicos. Foram elencados como eixos temáticos: (a) trabalho; (b) cultura e identidade; (c) interdependência campo-cidade (questão agrária e o desenvolvimento sustentável). Um dos encaminhamentos metodológicos propostos é:

Eleger temas centrais para a prática pedagógica escolar pode ser um caminho para articular os conhecimentos específicos das áreas. Por exemplo: Meio Ambiente, Trabalho na terra, Alimentação, Saúde podem ser temas de projetos escolares, porém a essência do trabalho estará na articulação a ser feita entre as áreas do conhecimento (PARANÁ, 2006: 47).

Assim, registra-se a necessidade de adequações nas Diretrizes Estaduais para a Educação do Campo para que seja evidenciado a necessidade de atendimento das políticas de Educação Ambiental, especialmente a Política

Nacional de Educação Ambiental, a Política Estadual de Educação Ambiental e a Deliberação que estabelece as Normas Estaduais para Educação Ambiental, a serem atendidas pelo sistema de ensino do Paraná, vigentes a partir de 2013.

Estudo como de Buzcenko (2017) apontam para as possibilidades de articulação das políticas de Educação Ambiental e Educação do Campo por meio de eixos vinculantes ou integradores que são temas comuns no contexto escolar nos eixos do espaço físico, gestão escolar e organização curricular, conforme estabelece a regulamentação em vigor de Educação Ambiental.

A Educação Ambiental nas escolas do campo, deve ser planejada e desenvolvida utilizando-se práticas emancipatórias, sociais e transformadoras visando a formação dos sujeitos: comprometidos com a sustentabilidade, capazes de refletir e agir sobre a sua realidade, capazes de identificar, analisar, compreender e resolver problemas e acima de tudo que sejam possuidores de um comportamento ético. A escola do campo, além de ser um importante espaço de construção de conhecimentos, é um território de produção de práticas pedagógicas emancipatórias de democracia e solidariedade.

Assim, considera-se que a Educação Ambiental articulada com a Educação do Campo visa fortalecer a realidade do campo, como estratégia na prática educativa que respeite sua cultura, sua identidade no contexto das condições socioambientais do campo no Brasil.

Delineamento da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa, conduzida em um contexto prático, adotando-se um enfoque descritivo e interpretativo articulado com o referencial dos autores adotados para o estudo. De acordo com Flick (2013) a pesquisa qualitativa lida com as questões com objetivo de: (a) captar o significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes; (b) entender os significados latentes de uma situação que está em foco; (c) compreender as práticas sociais e o modo de vida dos participantes da pesquisa.

Delimitou-se como campo de pesquisa uma escola localizada no campo, distante 40 quilômetros do centro urbano do Município de Rio Branco do Sul,

estado do Paraná. A escola, considerada de médio porte, atendia aproximadamente oitocentos alunos entre eles: crianças, adolescentes e jovens, nas etapas de ensino das séries finais do ensino fundamental e no ensino médio.

O local foi escolhido por atender critérios necessários para esta investigação: constituir sua localização no campo, dispor de professores que atuam em escola do campo, ter disponibilidade e interesse pela pesquisa, facilitação do acesso ao local e da comunicação com a comunidade escolar, a primeira pesquisadora trabalha na escola atuando como professora desde 2006.

O principal instrumento para a obtenção dos dados foi uma entrevista semiestruturada. Para Lüdke e André (1986: 34), “a vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela nos permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de março e abril de 2016. Neste recorte de pesquisa estão sendo relatadas as entrevistas realizadas com cinco professores que atuavam no Ensino Médio da escola, pertencentes a diferentes áreas do conhecimento. As questões apresentadas para os participantes tinham como aspectos norteadores: conhecer o perfil dos professores; investigar a prática pedagógica desses professores na perspectiva da Educação Ambiental; e buscar conhecer a concepção dos professores quanto a presença Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.

A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2011: 48) a análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas de análise que “visam obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens”.

Contextualização do local de pesquisa

A Instituição Escolar onde foi realizada a pesquisa é uma escola da rede estadual de ensino vinculada à Secretaria da Educação de Estado do Paraná. Atende diversas comunidades rurais, ou seja, tradicionalmente voltadas ao trabalho agrícola (agricultura familiar e subsistência), em propriedade de pequeno e médio porte. Não há indústrias instaladas na região e o comércio é pequeno, restrito a alguns armazéns (pequenos mercados que vendem desde gêneros alimentícios a produtos agropecuários); de forma que a oferta de emprego é mínima e esse contexto não apresenta possibilidades de expansão e desenvolvimento para a juventude local, que – em sua maioria – apresenta perfil de grande interesse pela educação, conhecimento e profissionalização, contrapondo-se à tendência local de pouca escolaridade por parte de pais e avós.

No período da realização da pesquisa a escola selecionada contava com 35 professores, 5 responsáveis pela equipe Diretiva, 17 funcionários e 794 alunos. A escola possuía turmas a partir do 6.º ano das séries finais do ensino fundamental até o 3.º ano do ensino médio, distribuídas nos períodos matutino, vespertino e noturno. A organização das turmas se dá pela disponibilidade de transporte do aluno, conforme a localidade de residência do mesmo. Sempre optando pelos turnos da manhã e tarde para o ensino fundamental e turnos da tarde e da noite para o ensino médio. O professor assume a sua carga horária de aulas, conforme a disponibilidade de ensalamento das turmas.

Nessa escola, um projeto do Governo Federal desenvolvido pelo Ministério de Educação, denominado Mais Educação, esteve em vigor nos anos de 2014 e 2015. O objetivo principal deste projeto foi subsidiar aos alunos conhecimentos e atividades práticas que pudessem contribuir para seu processo de aprendizagem. Inicialmente este o projeto era equivalente aos desenvolvidos nas escolas urbanas. As atividades do projeto Mais Educação foram desenvolvidas no contra turno, contando com atividades de: Informática e Mídias, Música, Futsal, Atletismo, Educação Ambiental e Horta na Escola (Quadro 1).

Quadro 1 - Programa Mais Educação implantados em 2014.

PROJETOS MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA LOCALIZADA NO CAMPO			
Projetos	Ano de implantação dos Projetos na Escola do Campo	Alunos Participantes	Horário dos Projetos
Informática	2014	20 por turno	Manhã/Tarde
Mídias	2014	20 por turno	Manhã/Tarde
Futsal	2014	20 por turno	Manhã/Tarde
Atletismo	2015	20 por turno	Manhã/Tarde
EA	2014/2015	20 por turno	Manhã/Tarde
Horta	2014/2015	20 por turno	Manhã/Tarde

FONTE: informações contidas no PPP da Escola (adaptado pela 1ª autora).

No primeiro semestre de 2016 o projeto Mais Educação estava sendo alterado para atender particularidades da situação do aluno da Escola do Campo. De acordo com a gestão escolar local, uma das questões que estavam sendo consideradas nessa adequação era o problema de uma reduzida disponibilidade do transporte escolar para os alunos terem a possibilidade de participar de atividades no contraturno.

Na escola pesquisada a organização e estruturação das atividades pedagógicas é constituída pelo Conselho Escolar, equipe de direção, órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, Conselho de Classe, equipe pedagógica, equipe docente, equipe técnico-administrativa e assistente de execução e equipe auxiliar operacional.

Os cinco profissionais, responsáveis pela gestão da escola, possuem graduação na área educacional e o vínculo empregatício denominado Quadro Próprio do Magistério (QPM). Dos trinta e cinco professores que atuam na Escola, apenas 11 professores possuem vínculo empregatício no Quadro Próprio do Magistério e vinte e quatro professores têm seus vínculos derivados de con-

tratos temporários anuais, pois são originados de Processo Seletivo Simplificado (PSS).

No estado do Paraná, os professores com vínculo QPM possuem estabilidade com relação ao local de trabalho, enquanto que os professores PSS necessitam renovar anualmente seus contratos, trabalham sem garantia de tal renovação e, constantemente, mudam seu local de trabalho transitando entre escolas urbanas e escolas do campo.

Resultados e discussões

A primeira parte da entrevista teve como objetivo conhecer o perfil dos participantes (tempo de atuação na Escola do Campo, carga horária semanal que leciona e, ainda, se atua em outra escola. Também foi perguntado sobre sua graduação e se realizou estudos de pós graduação (Quadro 2).

Quadro 2 – Informações profissionais dos professores participantes da pesquisa.

Professor/ vínculo	Formação	Tempo Escola do Campo	Carga horária - Escola do Campo	Atuação em outras Escolas	Disciplina que leciona
P1 - QPM	Ciências Biológicas	14 anos	40 horas	Não	Ciências / Biologia
P2 - PSS	Educação Física	5 anos	20 horas	Sim. Privada. (20 horas).	Educação Física
P3- QPM	Matemática	14 anos	40 horas	Sim. Escola Municipal (20 horas).	Matemática
P4- PSS	Filosofia, Arte	7 anos	20 horas	Filosofia/ Sociologia	Não
P5-PSS	Artes	5 anos	40 horas	Sim. Colégio Área urbana	Artes

FONTE: Quadro elaborado pelos autores.

Os participantes desta pesquisa atuam há cinco anos ou mais na escola do campo, sendo que três professores atuam em escolas do campo com a carga horária de quarenta horas semanais e dois com carga horária de vinte horas por semana. Os professores declaram trabalhar com carga horária semanal de 40h com exceção do professor P3 que, além de trabalhar na escola do campo, atua em uma escola perfazendo uma carga horária semanal de 60 horas. Três professores também atuam em outras escolas, dois atuam em escolas urbanas e um deles em escola municipal na região do campo.

Quatro entrevistados declararam possuírem uma ou mais formações Pós-Graduação (*Lato-Sensu*) na área educacional ou em sua área de formação. O professor P1 informou que possui a formação *Stricto-Sensu* em nível de Mestrado em Educação, cursado em Rede Privada de ensino.

Na entrevista os professores foram indagados sobre seu entendimento sobre práticas pedagógicas e, na sequência, se a Educação Ambiental estava presente em suas práticas pedagógicas e de que forma era desenvolvida (Quadro 3).

Quadro 3 – O entendimento dos professores sobre prática pedagógica e prática pedagógica para Educação Ambiental.

Professor(a)	Prática pedagógica	Prática pedagógica para a EA
P1	<i>Prática pedagógica é entendida como uma ação do professor no espaço da sala de aula, com um planejamento para atender ao aluno com um objetivo específico.</i>	<i>A questão ambiental está presente quase que diariamente na minha aula (lixo, poluição, água e ecologia). A Educação Ambiental é tratada da mesma forma que nas escolas urbanas sem distinção por ser escola localizada no campo.</i>
P2	<i>Prática pedagógica é o ato de planejar os conteúdos que serão trabalhados a fim de atender o objetivo que o aluno deseja alcançar de maneira emancipatória.</i>	<i>Tento mostrar aos alunos que a preservação e cuidados com o meio ambiente está nas pequenas ações, por exemplo, faço uma caminhada na aula de educação física e já entendemos a importância do meio ambiente para os seres vivos do planeta.</i>
P3	<i>A prática pedagógica do professor bem como a condução do processo ensino/aprendizagem na sociedade contemporânea, precisa ter como premissa a necessidade de uma prática formadora para o desenvol-</i>	<i>Na minha prática pedagógica, sendo da área de exatas, procuro fazer os exercícios utilizando o meio ambiente e seus recursos como motivador para o cuidado com o ambiente. Como, por exemplo, realizar cálculos sobre o saneamento básico, esta-</i>

	<i>vimento do aluno.</i>	<i>ções de tratamento de água, com isso o aluno reflete sobre os problemas ambientais que podem causar e também ao mesmo tempo aprendem matemática.</i>
P4	<i>A prática pedagógica do professor é constituída no planejamento em dar aula, transmitir informações, passar e corrigir exercícios e provas para os alunos. No entanto, esta forma de conceber o ensino, por meio da qual a maioria de nós foi preparado, encontra-se arraigada na prática escolar.</i>	<i>Na minha disciplina de arte, tento ao máximo possível sempre estar introduzindo o meio ambiente no conteúdo programado, para que assim os alunos possam compreender a importância e os cuidados que devem ter ao ambiente, da mesma forma como faço na escola urbana</i>
P5	<i>Hoje a prática pedagógica é um ato de planejamento contínuo, pois o professor sempre deve estar procurando atender o ato de ensinar com qualidade e sempre procurando estar atento às mudanças que o cerca, para que não fique na mesmice e as aulas se tornem mais atrativas</i>	<i>No meu caso as práticas pedagógicas em Educação Ambiental que ocorrem na Educação do Campo são as mesmas que ocorrem na escola urbana. Penso que os conteúdos deveriam ser mais específicos, de acordo com a realidade do campo.</i>

. FONTE: Quadro elaborado pelos autores.

Para Veiga (1992:16), a prática pedagógica é "orientada por objetivos, finalidades, conhecimentos e inseridas no contexto da prática social". Nos depoimentos, os professores demonstraram ter conhecimento do conceito de prática pedagógica, tendo suas respostas, relacionadas com as atividades apenas no contexto da sala de aula. Esse entendimento fica evidente quando o autor coloca que é função da escola "requer a transformação radical das práticas pedagógicas e sociais que ocorrem na aula e na escola e das funções e atribuições do professor" (GÓMEZ, 2000; 26).

Quando perguntado sobre práticas pedagógicas desenvolvidas na escola na perspectiva da Educação Ambiental, os cinco professores responderam que consideram que Educação Ambiental está presente em suas práticas pedagógicas. Relataram como tendo presente em suas disciplinas: trabalho com questões ambientais diárias do cotidiano (lixo, poluição das águas, questões de ecologia); relatos de observação de ambiente relacionadas com a ecologia; utilização de informações e dados ambientais (dados climáticos, por exemplo) para o desenvolvimento de cálculos matemáticos.

Analisando o discurso dos professores (P2, P4 e P5) foi possível compreender que suas práticas pedagógicas de Educação Ambiental, são desen-

volvidas a partir de concepções conservadoras, ou seja, essas práticas podem ser consideradas como descritas na Macrotendência Conservadora (LAYRARGUES; LIMA, 2014:30).

O professor P3, que atua no ensino da Matemática, ao afirmar que utiliza frequentemente dados de interesse ambiental para a realização de cálculos (envolvendo saneamento básico, por exemplo), porém não destaca que realize alguma discussão sobre esses alunos com seus alunos. Considerando o exposto podemos entender que o trabalho desenvolvido pelo professor, que valoriza informações ambientais, porém, sem articular com as questões sociais, econômicas e políticas - está de acordo com o descrito para Macrotendência Pragmática (LAYRARGUES; LIMA, 2014:32).

Enquanto que o discurso do professor P1 traz como positivo o fato de “quase diariamente” trazer questões ambientais para sua aula, mas não permitiu identificar se havia alguma consideração de trabalhar as questões ambientais articuladas com realidades sociais. A partir da colocação do professor é possível entender que sua prática, uma vez que se nutre de problemáticas do lixo, da poluição, da água – sem mencionar as questões sociais relacionadas com essas problemáticas, faz parte da vertente pragmática. Poderia ser considerada de acordo com a Macrotendência Pragmática. Este entendimento das pesquisadoras é reforçado quando este professor afirma que: a Educação Ambiental é trabalhada “da mesma forma que nas escolas urbanas.

O professor P5, que na época da pesquisa, atuava na escola do campo e em escola urbana, também tece comentários sobre a falta de adequação das práticas pedagógicas em Educação Ambiental para a realidade da escola do campo.

[...] Penso que os conteúdos deveriam ser mais específicos, de acordo com a realidade do campo (P5).

Pensar a prática pedagógica em Educação Ambiental como algo que deve ser resolvido apenas pelo professor é desvincular de responsabilidade tantos outros fatores que interferem diretamente nessa prática, como planejamento, currículo, projetos, material didático, preocupação com a comunidade e relação aluno-professor.

Na continuidade do diálogo, com cada entrevistado, foi perguntado sobre seu entendimento sobre “o que é” e “como dever ser trabalhada a Educação Ambiental na escola localizada no campo”. As respostas dos professores foram:

Considero que a Educação Ambiental é respeitar a natureza, conviver em harmonia com as plantas e animais. Saber que nossos recursos naturais são finitos, e por isso temos que saber utilizá-los com consciência (P3).

É tudo o que nos envolve é o meio onde vivemos (P4).

É o lugar rodeado pela natureza, rios, árvores, animais, rochas, solo entre outros. A Educação Ambiental deve ser para o ser humano aprender a viver respeitando esse meio (P5).

É possível perceber-se claramente que no enfoque dos professores entrevistados predomina a percepção de que a Educação Ambiental está relacionada às questões referentes ao meio ambiente, à natureza como ressalta a fala dos professores (P3, P4, P5). Embora as respostas sejam distintas há uma predominância de visão ecológica, relacionada aos elementos biofísicos e enfocando aspectos de preservação do meio ambiente, mas sem fazer uma inter-relação entre sistemas ecológicos e os problemas sociais, denominado segundo Leff (1999: 117) de "consciência ecológica, que se manifesta como uma angústia de separação e uma necessidade de reintegração do homem na natureza". Em confronto com as macrotendências da Educação Ambiental apresentadas por Layrargues e Lima (2014) a fala de quatro professores pode ter como base a concepção conservadora da Educação Ambiental, baseando-se principalmente no cuidado com o meio ambiente. O professor P2 apresentou algum indício de ir além da concepção totalmente conservadora quando incluiu o termo vida em sua resposta.

É tudo o que está relacionado com a vida. É o que dá condições à vida no planeta, como: água, ar, solo, entre outros (P2).

O professor P1, que afirmou possuir pós graduação em Educação Ambiental, embora não tenha citado suas práticas pedagógicas como sendo transformadoras, foi o único que apresentou uma concepção um com algum grau de criticidade:

As ações humanas contribuem tanto positivamente quanto negativamente para a sustentabilidade do Planeta Terra onde nós vivemos, ou do próprio ambiente onde você está inserido (P1).

Quanto à organização do planejamento em relação a presença da Educação Ambiental e o plano de trabalho docente os professores foram questionados como este planejamento tem sido realizado nos últimos anos na escola. As falas dos professores P2, P3 e P5 sobre o planejamento e o plano de trabalho estão apresentadas na sequência:

Geralmente o Planejamento é construído pelos professores que lecionam a mesma disciplina, com isso fazem alterações, modificações e adicionam novos conteúdos que devem ser trabalhados. Já o Plano de Trabalho Docente, cada professor constrói o seu com base no planejamento, documentos e também utiliza o livro didático (P2).

A gente fez o planejamento anual, com os professores e estamos sempre retomando e isso também ocorre com o plano de trabalho docente que sempre está passando por mudanças, com o objetivo de melhorar a prática do professor em sala de aula (P3).

Sempre realizei a construção do planejamento com outros professores da mesma disciplina que a minha, pois assim falaríamos uma só linguagem dos conteúdos. O Plano de Trabalho Docente é mais flexível, ou seja, cada professor produz a seu e trabalha da maneira que sentir-se à vontade, claro sem deixar de lado os conteúdos e os documentos que regem o ensino (P5).

Segundo Angotti (2010: 70) o planejamento deve considerar o empenho do professor na execução de “um fazer objetivando, intencionado e que sistematicamente deverá ser revisto, analisando à luz da proposta de formação pedagógica na qual se acredita e na qual a instituição como todo aposta”. Considerando o que afirma o autor, os depoimentos caracterizam a organização dos professores em realizar, em conjunto, o planejamento das práticas pedagógicas, que são reformuladas e a cada ano letivo. Os planos de trabalho docente são mais flexíveis, no entanto, não houve menção sobre o planejamento para a que a Educação Ambiental estivesse fazendo parte da prática dos professores. Para Tozoni-Reis (2012: 277) a inserção da Educação Ambiental na escola pública é um desafio “tão complexo quanto o desafio de realizar uma educação pública de qualidade no contexto histórico, social, político e econômico da sociedade sob o modo capitalista de produção”. Dentre esses desafios está certamente a necessidade de maior valorização do professor, uma melhor prepara-

ção do professor e a melhoria de suas condições de trabalho. Mesmo diante de tal complexidade, a formação de educadores deve ser considerada prioritária, principalmente dos professores, como é o caso dos professores que atuam na educação do campo, em que “sua prática profissional comporta situações problemáticas, que exigem o estabelecimento constante de posições e enfrentamentos de forças e de poder, que reproduzem as mesmas características da dinâmica social” (TORALES, 2013: 4).

Para a constituição da Educação Ambiental articulada com a Educação no Campo o professor precisa estar preparado para mediar um tipo de educação voltada para o conhecimento científico mas também considerando a realidade do sujeito que vive no campo, com aprendizagem significativas, que possibilitem ao aluno refletir sobre os problemas bem como ter a preparação para atuar sobre os mesmos.

Nesse sentido, ao tratar das práticas pedagógicas em Educação Ambiental voltadas para o sujeito do campo, pode-se pensar em Educação do Campo como aquela que nos leva a uma reflexão voltada para a escola organizada de maneira que o aluno faça parte do seu contexto de vida. Ou seja, há que destacar a importância de assumir nas práticas pedagógicas na Educação do Campo uma responsabilidade diante das questões que emanam do cotidiano escolar e que compõem a vida do sujeito do campo. Para a realização de uma adequada prática educativa, de acordo com Freire (1986) há necessidade de:

[...] superar concepções e práticas pedagógicas fragmentadas e homogeneizadas, e contribuir com a resignificação e organização da escola do campo sem confinar ação educativa apenas na escola, entendendo-a numa perspectiva mais ampla, como prática social, que manifesta em múltiplos espaços no mundo do trabalho, na organização social e comunitária, no movimento social, na família, no lazer etc. (FREIRE, 1998: 6).

Sendo assim, a Educação do Campo com qualidade passa primeiramente pelas práticas pedagógicas transformadoras, que sejam para auxiliar na busca de conhecimento como deixando o aluno apresentar o saber que possui e o professor ser o mediador desse saber. Nesse sentido, é fundamental que as práticas pedagógicas “abram as portas” para aquisição de aprendizados da

realidade em que o sujeito está inserido, considerando os modos de vida, trabalho e condições socioambientais.

Considerações finais

Este trabalho oportunizou um olhar sobre o discurso e a prática pedagógica dos professores na perspectiva da Educação Ambiental em escola localizada no campo, por meio das significações e apontamentos desenvolvidos pelos professores de ensino médio. Nesse sentido, a prática está voltada para a dimensão ambiental contínua calcado em uma abordagem conservador ou pragmática sem proporcionar uma articulação entre as questões ambientais e os problemas sociais.

Durante a realização da pesquisa os professores demonstraram interesse em ter uma formação mais abrangente para desenvolverem a Educação Ambiental de uma forma mais contextualizada. Dessa maneira, reitera-se neste discurso a necessidade de formação continuada dos professores, que sejam voltadas à Educação Ambiental, incluindo especificação do que se denomina de ambiental, enfatizando as diferentes concepções de conservadora, pragmática e crítica referente ao ambiente em que estamos inseridos.

Nesse sentido, ao tratar das práticas pedagógicas em Educação Ambiental voltadas para o sujeito do campo, defende-se a pensar em Educação do Campo como aquela que nos leva a uma reflexão voltada para a escola de ensino médio, organizada de maneira que o aluno faça parte do seu contexto de vida. Ou seja, há que destacar a importância de assumir nas práticas pedagógicas na Educação do Campo uma responsabilidade diante das questões que emanam do cotidiano escolar e que compõem a vida do sujeito do campo.

A Educação Ambiental deve ser fundamentada nas causas, nos desafios, e nos sonhos de cultura das comunidades que vivem no campo, ou seja, tem que agrupar um saber crítico, que seja relevante para a comunidade a partir do qual possam ser definidos indicadores para a ação, reforçando um projeto político pedagógico fundamentado na cultura, nas particularidades, nos desafios e na diversidade do sujeito que vive no campo.

Referências

ANGOTTI, Maristela. Semeando o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. (orgs.). **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2010.

ANDREOLI, Vanessa Marion; MELLO, Lilian Medeiros de. A educação ambiental como articuladora dos saberes e fazeres do mar nas escolas do campo das ilhas do litoral do paraná. **Ambiente & Educa o**, n.2, v.24, p.162-182, 2019.

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, M nica Castagna; **Por uma educa o do campo**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: ed. 70, 2011.

BRASIL. **Lei 9795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educa o ambiental, institui a Política Nacional de Educa o Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.html Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. Ministério da Educa o. **Diretrizes Operacionais para a Educa o Básica das Escolas do Campo**. Brasília: CNE/MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. Ministério da Educa o. **Diretrizes Complementares da Educa o Básica do Campo**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. Ministério da Educa o. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educa o Ambiental**. Resolu o CNE/CP n . 02/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17810-2012-sp-1258713622>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BUCZENKO, Gerson Luiz. **Educa o ambiental e educa o do campo: o trabalho do coordenador pedagógico em escola pública localizada em área de prote o ambiental**. 2017. 342 f. Tese (Doutorado em Educa o) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem-terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. Educa o Ambiental: **a forma o do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdu o   metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Paulo. **Novos tempos, velhos problemas**. In: SERBINO, Raquel Volpato; GEBRAN, Raimunda Abrou. Forma o de professores. São Paulo: Editora: UNESP, 1998

GÓMEZ, Ángel. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 67-98, 2000.

JACOBI, Pedro Roberto. Educar para a sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira Costa da. Para onde vai a Educação Ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**. São Paulo: USP, v. 7. n. 14. p. 398 – 421, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, n.1, v.17, p. 23-40, 2014.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Jorge Sobral; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO. Educação ambiental como campo de disputas: a necessária discussão Epistemológica. **Revista Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 7, p. 75-87, 2015.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Investigando a práxis docente: dilemas e perspectivas. In: ASSOCIATION FRANCOPHONE INTERNACIONALE DE RECHERCHE SCIENTIFIQUE EN ÉDUCATION (AFIRSE). **Livro do colóquio: a formação de professores à luz da investigação**. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação/Universidade de Lisboa, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação do campo**. Curitiba: SEED-PR, 2006. Disponível em: www.educadores.diaadia.pr.gov.br/diretriz_edcampo. Acesso em 12 mar. De 2020.

PARANÁ. Governo do Estado. Lei nº 17505, de 11 de janeiro de 2013 (2013a) Disponível em: www.pr.gov.br Acesso em 12 mar. de 2020.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 04/13, de 12 de novembro de 2013 (2013b). Estabelece as Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Resolução aprovada pelo Decreto n. 9958 de 23 de janeiro de 2014. Disponível em: www.cee.pr.gov.br Acesso em 12 mai de 2020.

ROSA, Maria Arlete. **Produção de Conhecimento sobre Educação Ambiental em escolas localizadas no campo da Região Metropolitana de Curitiba**. In: Educação do Campo, Escola Pública e Projeto Político-Pedagógico. 1ed. Curitiba: Editora da Universidade Tuiuti do Paraná, v.1, p. 243-262, 2017.

SAUVÉ, Lucie. Viver juntos em nossa Terra: Desafios contemporâneos da educação ambiental. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, n.2, v. 16 - Itajaí, 2016.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: **propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. **Práticas educativas do/no campo**. Ponta Grossa: UEPG, 2011.

TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO, Marcela de Moraes; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental crítica e pedagogia histórico crítica: contribuições para a inserção da educação ambiental na educação escolar (p.71-88). In: RODRIGUES, Daniela Gureski; SAHEB, Daniele (orgs.) **Investigações em Educação Ambiental**. Curitiba, CRV, 2018.

TORALES, Marília Andrade. A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: da ação escolar a ação educativo-comunitária como compromisso político-ideológico. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. especial, p 1-17, 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação ambiental na escola básica: reflexões sobre a prática dos professores. **Revista Contemporânea de Educação**. v. 7, n. 14, p. 272 – 278, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de Didática**. Campinas: Papirus, 1992.